



Pernambuco: duzentos anos de República

Alexandre Santos

Artigo comemorativo à Revolução Pernambucana de 06 de março de 2017.

Há duzentos anos, precisamente em 06 de março de 1817, com episódios marcantes como o enfrentamento do comandante monarquista Barbosa de Castro e tomada do regimento de artilharia pelo capitão José de Barros Lima, o Leão Coroado, eclodiu a Revolução Pernambucana no Recife - um movimento libertário liderado por Domingos José Martins e participação destacada de vultos como Frei Caneca e Antônio Carlos de Andrada e Silva, cujo objetivo não era, apenas separar o Brasil de Portugal, mas, também, instaurar a República no País. O movimento revolucionário foi ágil e, rapidamente, após destituir e prender o governador provincial Caetano Pinto de Miranda Montenegro no Forte do Brum e se apossar do tesouro da província, instalou um governo provisório e, antecipando a história do Brasil em 72 anos, proclamou a República.

Ninguém duvida que a presença da corte do Rei Dom João VI no Rio de Janeiro tenha figurado entre as principais causas da Revolução Pernambucana. Afinal de contas, se, de um lado, o contraste do absolutismo monárquico português com a brisa Iluminista soprada desde a França lhe dava motivação política, de outro, a cobrança de impostos adicionais para custeio dos luxos da família e da corte real no Rio de Janeiro, especialmente num momento de débâcle da produção do açúcar e do algodão em função da seca iniciada no ano anterior e de pressão europeia contra o tráfico de escravos, lhe dada motivação econômica.

As coisas na república recém instalada correram céleres. Em 29 de março, com menos de um mês de existência, os republicanos convocaram uma assembleia constituinte e, prontamente, estabeleceram a separação dos poderes, as liberdades de culto e de imprensa e a abolição de alguns impostos. Em maio, antevendo a iminente chegada das poderosas tropas monarquistas, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cruz Cabugá, levantou US\$ 800.000 para a compra de armas e seguiu para os Estados Unidos - país republicano que desde 1815 mantinha um consulado no Recife -, para negociar o apoio formal dos norte-americanos à república que se formava no Brasil a partir do Nordeste e, articular com revolucionários franceses exilados na América do Norte o resgate da Ilha de Santa Helena e posterior entrega do comando das tropas pernambucanas a Napoleão Bonaparte. Aliás, neste quadro geral de celeridade, ao tempo que Cruz Cabugá se encontrava com o secretário de Estado Richard Rush na Filadélfia, os revolucionários pernambucanos já estavam sitiados pelas tropas monarquistas. Vale dizer que, neste meio tempo, a pernambucanidade cresceu a tal ponto que, nas missas, o vinho fora substituído por cachaça e, ao invés de trigo, as hóstias eram produzidas com farinha de mandioca.

De forma direta ou indireta as coisas acontecidas em Pernambuco contaminaram as demais províncias da região e, quase que automaticamente, em menor ou maior escala,

produziram efeitos. Não foi sem razão que a bandeira da Revolução de 1817 ostentava estrelas representativas de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Na Paraíba, o padre José Ferreira Nobre, vigário de Pombal, assumiu a condição de arauto do movimento no sertão e foi tão eficaz que, em pouco tempo, a efervescência na futura Vila Imperial dos Patos culminou com a Confederação do Equador. No Ceará, o governador Manuel Inácio Sampaio e Pina Freire teve muito trabalho para conter Bárbara de Alencar e seu filho Tristão Araripe, que tinham aderido ao movimento. De qualquer forma, as tentativas de cooptar as províncias vizinhas não foram bem sucedidas. Logo ao desembarcar na Bahia, o emissário da revolução, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o Padre Roma, foi preso e, por ordem do governador, o conde dos Arcos, fuzilado. No Rio Grande do Norte, embora tenha sido abraçada pelo senhor-de-engenho André de Albuquerque Maranhão, que prendeu o governador José Inácio Borges e formou uma junta governativa, o movimento não despertou o interesse da população e foi tirado do poder em poucos dias. Em Londres, o jornalista Hipólito José da Costa recusou o convite para o cargo de ministro plenipotenciário da nova república.

Alarmado com o vulto do movimento revolucionário, o governo monárquico instalado no Rio de Janeiro reagiu com vigor e, além das tropas enviadas da Bahia por terra sob o comando de Luís do Rego Barreto, despachou a força naval que bloqueou o porto do Recife, cidade para onde os revolucionários foram forçados a recuar. O fato é que, em 20 de maio, 75 dias após o início de uma das mais belas páginas da história brasileira, após a tomada do Recife pelas tropas portuguesas, o governo provisório se rendeu. Veio, então, a cruel retaliação. Apesar da anistia concedida aos revoltosos e de terem sido poucos os republicanos punidos com a morte, o rei Dom João VI foi impiedoso com Pernambuco e determinou que seu território fosse esarteado para a criação e entrega da comarca de Alagoas aos proprietários rurais que haviam se mantido fiéis à coroa real. Nunca é demais lembrar que os castigos impostos pelo Rei não destruíram o espírito libertário de Pernambuco, que pouco tempo mais tarde voltou a se insurgir, desta vez, contra a coroa imperial. Mas, isto é outra história.

A Revolução de 1817 deve ser lembrada sempre, pois representa um marco da história do Brasil, não só como exemplo de insurreição do povo contra a exploração, mas, também, por ser o primeiro espasmo republicano contra os grilhões monárquicos que sufocavam o País desde a sua constituição. Foi com esta perspectiva que, em 2007, por iniciativa da então deputada Terezinha Nunes, o dia 06 de março foi declarado a Data Magna de Pernambuco.

Viva 06 de março de 1817! Viva a Revolução Pernambucana!

(*) Alexandre Santos é presidente da União Brasileira de Escritores

Publicado em 08 de março de 2017 pelo jornal Folha de Pernambuco